

À espera da colaboração dos credores

Walter Chaves

O governo brasileiro chamou "para consulta" seus representantes na negociação sobre a dívida externa. Não se trata de rompimento, mas de um sinal de impaciência ante a relutância dos bancos credores em firmar o acordo cujas cláusulas principais já foram concertadas e que vem sendo retardado somente porque alguns tópicos secundários ainda dividem os representantes dos credores.

Não há dúvida de que nosso governo tem dado, ultimamente, diversas provas de boa vontade e, mais que isso, tomado decisões concretas e objetivas no rumo que convém às duas partes. Seria natural que os bancos credores dessem agora sua contribuição positiva, que seria certamente tão vantajosa para o Brasil como para eles, visto que se pôderia acabar com a "moratória técnica".

Dois problemas restam ainda para ser resolvidos em comum com os credores. O primeiro diz respeito à fixação da data em que deverão ser desembolsados, em favor do Brasil, os 5,2 bilhões de dólares já acordados. A determinação dessa data é importante, pois o País terá de reembolsar o empréstimo-ponte no fim de junho e só terá meios de fazê-lo se dispor dos recursos prometidos. Os bancos mais empenhados no empréstimo-ponte desejam que o desembolso seja efetuado

quanto antes, enquanto os outros procuram retardar-lhe a data tanto quanto possível. No primeiro caso estão os bancos norte-americanos e, no segundo, os japoneses, que pertencem a um país que apresenta enorme superávit no balanço de pagamentos e cujo governo tem manifestado reiteradamente sua disposição de franquear ao Brasil acesso a seus recursos desde que seja assinado o acordo com os bancos credores. A conduta dos bancos nipônicos causa-nos estranheza, pois são precisamente esses estabelecimentos que vêm retardando o acordo do governo brasileiro com o comitê de assessoramento dos bancos credores.

O outro problema pendente concerne à exigência, que fazem alguns bancos, de vinculação entre o desembolso a ser efetuado pelo FMI e o desembolso que deverão efetuar os próprios bancos. A formulação desse problema parece-nos imprecisa. Convém notar, primeiro, que a quantia a ser desembolsada pelos bancos, por um período que cobre os exercícios de 1987 e 1988 e o primeiro semestre de 1989, não é tão vultosa, e sua parcela maior deveria ser desembolsada agora. Além disso, o diretor-gerente do FMI deixou suficientemente claro que ao organismo internacional não interessa tal vinculação, pois se o Brasil tives-

se dificuldades para atingir as metas concertadas com o FMI — o que, em princípio, acarretaria a suspensão dos desembolsos trimestrais programados —, a concomitante sustação dos desembolsos bancários agravaria a situação a ponto de tornar impossível a reparação de um eventual desacerto. Aliás, viu-se recentemente, pelo exemplo da Argentina, que a suspensão dos desembolsos do FMI não é mais tão certa e pontual como era no passado. A exigência em questão representa um meio de compelir o país devedor a seguir uma política econômica ortodoxa. As dificuldades situam-se antes no terreno da política monetária e fiscal do que na política cambial, mormente para um país como o nosso, que vem obtendo bons resultados na balança comercial. A vinculação entre os dois desembolsos, intempestivamente proposta por alguns banqueiros estrangeiros, poderia concorrer para agravar os problemas internos do País, sem facilitar, por outro lado, a solução que o FMI sempre se mostra disposto a negociar.

Já é tempo de os bancos credores perceberem que o Brasil não é mais o país dos Funaro & Cia., mas um país conduzido com seriedade, que deixou patente sua boa disposição ao lançar mão de suas parcas

reservas internacionais para pagar parte dos juros devidos. É necessário que reconheçam que nosso governo dispõe agora de um programa econômico bem estruturado, que goza do apoio da única força política apreciável no momento, a saber, os governadores. Por outro lado, tudo indica que o diálogo entre as autoridades brasileiras e os economistas do FMI será frutífero e que em breve será possível traçar as grandes linhas de uma "carta de intenções" que possa ser aceita pela instituição internacional. Hoje, com suas exigências irritantes e sua lentidão em chegar às decisões, depois que o essencial foi já acertado, os bancos credores estão fazendo o jogo da oposição no Brasil. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, sr. James Baker, e o diretor-gerente do FMI, sr. Michel Camdessus, não se enganam quanto aos verdadeiros interesses do Brasil e da comunidade financeira internacional. É necessário apenas que uma minoria, entre os banqueiros estrangeiros credores, cesse de antepor obstáculos capciosos à assinatura desse acordo que, tanto como a conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, contribuirá para tranquilizar a Nação e permitir que o governo leve avante seu programa econômico, no qual assentam as esperanças de fortalecimento de nossa democracia.